



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA Nº 2397501/2016 - PRESI/GABPRES/ADEG



CGER-3R
COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA
DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Evento: 4ª Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 3ª Região – CGER-3R

Data: 16 de dezembro de 2016

Horário: 15h00

Local: Sala de Reuniões da Diretoria-Geral

Pauta: 1 – Reunião de Análise da Estratégia (RAE):
1.1 – Apresentação dos resultados parciais das metas de 2016.
1.2 – Coleta de dados estatísticos - projeto "Cesta de Indicadores".
2 – Apresentação das metas estratégicas para 2017.
3 – Governança da Justiça Federal da 3ª Região - *case* da Seção Judiciária de São Paulo.
4 – *Status* dos principais projetos de 2016.
5 – Proposta de ações para o alcance das metas estratégicas para 2017.

Elaboração: Vítor Neves Ribeiro

Processo: 0040684-42.2016.4.03.8000

PARTICIPANTES:

Nome:	Cargo/Função:	Órgão:
Cecília Maria Piedra Marcondes	Des. Federal Presidente	TRF3
Sérgio do Nascimento	Des. Federal Coordenador dos JEFs da 3ª Região	TRF3
Fabiano Lopes Carraro	Juiz Federal em auxílio à Presidência	TRF3
Raquel Fernandez Perrini	Juíza Federal em auxílio à Corregedoria Regional	TRF3
Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni	Juíza Federal Vice-Diretora do Foro	SJSP
Jean Marcos Ferreira (por videoconferência)	Juiz Federal Diretor do Foro	SJMS
Gilberto de Almeida Nunes	Diretor-Geral	TRF3
Máira Záu Serpa Spina D'Eva	Assessora da Coordenadoria dos JEFs da 3ª Região	TRF3
Waldirio Pacanaro Filho	Chefe de Gabinete do Gabinete da Conciliação	TRF3
Rosana Moraes Zonaro	Assessora de Desenvolvimento Institucional e Gestão Estratégica	TRF3
Vitor Neves Ribeiro	Supervisor da Seção Planejamento Estratégico e Projetos	TRF3
David Panessa Baccelli	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	TRF3
Osny Magalhães Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa	SJMS

(por videoconferência)

Adriana Barros Verruck (por videoconferência)	Diretora do Núcleo de Recursos Humanos	SJMS
Índia Tapajoara Della Pace Alves de Souza (por videoconferência)	Diretora, em exercício, do Núcleo de Apoio Judiciário	SJMS
Liliane Favini	Supervisora da Seção de Gestão Estratégica	SJSP
Dinalva Conceição Machado Costa	Diretora do Núcleo de Apoio Judiciário	SJSP
Kátia de Cássio Egídio	Assistente do Núcleo de Apoio Judiciário	SJSP

ASSUNTOS TRATADOS:

1) Abertura.

Rosana abriu a reunião, informando tratar-se da última RAE do Comitê no presente exercício, com a apresentação parcial dos resultados obtidos pela Justiça Federal da 3ª Região, as metas nacionais definidas para 2017 e a perspectiva de atuação da JF da 3ª Região no que se refere à gestão da estratégia no próximo ano, enfatizando a necessidade de acompanhamento dos indicadores, não apenas para demonstração dos números, mas, sobretudo, para a identificação de oportunidades de melhorias nos processos de trabalho e nas estruturas de 1º e 2º Graus. Na sequência, passou a palavra ao Vitor.

2) Apresentação dos resultados parciais das metas de 2016.

Vitor iniciou a apresentação dos resultados das metas estratégicas de 2016, esclarecendo que se tratavam de dados parciais, colhidos no dia 05/12/2016. Afirmou que ainda faltavam os dados de novembro e de dezembro. Os números apresentados foram os constantes no doc. 2391240.

Sobre a meta 3, que é a meta sobre conciliação, destacou que não constavam, portanto, os resultados da Semana Nacional de Conciliação, ocorrida no mês de novembro.

Foram apresentados os dados das metas 1 à 8, bem como da meta 18, que trata da Governança. Sobre esta última, informou que o resultado foi disponibilizado no próprio dia da reunião do Comitê (16/12/2016). Informou que o órgão TRF3, assim como ocorrido em 2015, ficou em primeiro lugar em 2016, e que a 3ª Região ficou, também, em primeiro lugar em relação às demais regiões.

Destacou a evolução da SJMS, que praticamente triplicou a nota da sua avaliação em relação à de 2015.

3) Apresentação das metas estratégicas de 2017.

Na sequência, Vitor apresentou as metas nacionais aprovadas pelo COGEST e apresentadas ao CNJ para 2017, comparando-as com as de 2016. As mudanças são as constantes no doc. 2391575.

Rosana ressaltou que os 5 Tribunais da JF demonstraram preocupação em relação ao estabelecimento de metas relativas à conciliação, que implicassem em aumento do volume de processos conciliados em relação aos distribuídos, haja vista a diminuição do estoque de processos passíveis de conciliação e o fato de que entidades como o INSS não demonstraram interesse pela conciliação em 2016.

Waldiro confirmou que o INSS não conciliou no exercício, mas ressaltou que está com um projeto para promoção de conciliação sobre determinados assuntos. O GABCON permanece na busca de novas parcerias, Waldiro acredita que haja, ainda, assuntos passíveis de conciliação que possam ser discutidos com os gabinetes.

Dr. Fabiano mencionou a parceria com o GABCON em 2016, em que a Presidência, por intermédio da Assessoria de Apoio aos Gabinetes, atuou junto à CEF para que ela analisasse a possibilidade de desistência de processos em que foi apelante. Como resultado, a Dra. Marisa Santos, Coordenadora do Gabinete da Conciliação, homologou a desistência, por parte da CEF, de 504 (quinhentos e quatro) processos, sendo 336 (trezentos e trinta e seis) da 5ª Turma e 168 (cento e sessenta e oito) da 11ª Turma.

4) Projeto "Cesta de Indicadores".

Vitor explicou do que se tratava o projeto "Cesta de Indicadores", informando os benefícios pretendidos com o mesmo, e que isto representava apenas um primeiro passo para a formatação de um modelo que terá, por intenção final, instituir o B.I. (*Business Intelligence*) na 3ª Região.

5) Proposta de ações para o alcance das metas estratégicas para 2017.

Rosana destacou que, em 2017, será dada uma atenção especial para as iniciativas já existentes no âmbito da Justiça Federal, alinhadas ao alcance das metas, bem como a processos de coleta de sugestões sobre outras ações que poderão ser apresentadas e implantadas nesse mesmo sentido.

6) Projetos estratégicos

A Doutora Cecília Marcondes ressaltou a importância da implantação do PJe para a 3ª Região e que todos os esforços estão sendo envidados pela Presidência para que o sistema esteja em pleno funcionamento até o final de 2017, bem como que é sua intenção promover melhorias nos serviços prestados pela SCAJ, haja vista a necessidade de dar celeridade aos procedimentos administrativos relativos à magistratura, essencialmente no que pertine aos processos de provimento de cargos e substituições, a fim de evitar a descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos nas Varas.

Na sequência, o Dr. Fabiano apresentou a situação dos principais projetos estratégicos da atual gestão:

6.1) PJe

Os trabalhos de implantação do sistema estão caminhando conforme o cronograma, com ampliação gradativa da abrangência de jurisdições e matérias. Nas Subseções que estão trabalhando com o sistema há mais de 1 ano, sua utilização pelas partes já é obrigatória. A previsão é de que até o final de 2017 o PJe esteja implantado em toda a 3ª Região.

Houve as seguintes implantações em relação ao PJe durante o exercício de 2016:

- 04/04/2016 - todos os agravos de instrumento, independente de processo físico ou eletrônico no 1º grau (interposição de agravo de instrumento);
- 02/05/2016 - Subseções Judiciárias de Campinas e Jundiaí (competência para todas as ações, exceto criminais e execuções fiscais);
- 06/06/2016 - Subseção Judiciária de Piracicaba (competência para todas as ações, exceto criminais e execuções fiscais);
- 04/07/2016 - Subseções Judiciárias de São José dos Campos e Taubaté (competência para todas as ações, exceto criminais e execuções fiscais);
- 25/07/2016 - Subseção Judiciária de Araraquara (competência para todas as ações, exceto criminais e execuções fiscais);
- 27/07/2016 - todas as Turmas das 1ª, 2ª e 3ª Seções do TRF3 (Pedido de Concessão de Efeito Suspensivo, previsto no § 3º, inciso I do artigo 1.102 da Lei nº 13.105);
- 08/08/2016 - Subseção Judiciária de Ribeirão Preto (competência para todas as ações, exceto criminais e execuções fiscais);
- 22/08/2016 - 1ª, 2ª e 3ª Seções e respectivas Turmas (Ação Rescisória);
- 10/10/2016 - Subseção Judiciária de São Paulo (competência para todas as ações, exceto criminais e execuções fiscais);
- 24/10/2016 - Subseção Judiciária de Piracicaba (execução fiscal);
- 07/11/2016 - Subseção Judiciária de São Paulo (execução fiscal);
- 07/11/2016 - Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo (obrigatoriamente para todas as ações, exceto criminais e execuções fiscais);
- 28/11/2016 - Subseção Judiciária de São Carlos (competência para todas as ações, exceto criminais);
- 12/12/2016 - Subseções Judiciárias de Guarulhos e Santo André (competência para todas as ações, exceto criminais).

Na sequência, informou que, até agosto de 2017, está prevista a implantação do PJe nas seguintes localidades, todas com competência para todas as ações, exceto criminais:

- Subseções Judiciárias de: Mogi das Cruzes, Mauá, Bragança Paulista, São João da Boa Vista, Limeira, Guaratinguetá, Caraguatatuba, São Vicente, Americana, Registro, Araçatuba, Tupã, Jales, Andradina, Franca, Botucatu, Itapeva, São José do Rio Preto, Catanduva, Barretos, Marília, Presidente Prudente, Assis, Ourinhos, Bauru, Lins, Jaú e Avaré;
- Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

A fim de agilizar a implantação e facilitar o acesso de litigantes ao sistema, foram firmados Acordos de Cooperação entre o TRF3 e a AASP, a CEF e a PRF3, todos tendo por objeto a conjugação de esforços para a ampliação da utilização do PJe na JF da 3ª Região.

6.2) Atuação da Assessoria de Apoio aos Gabinetes - ASAG

- Atuação da Assessoria de Apoio aos Gabinetes:

- Auxílio à Vice-Presidência (fevereiro a maio/2016) - Admissibilidade de recursos excepcionais em matérias de direito previdenciário, administrativo e execução fiscal: 958 processos recebidos e decididos.
- Auxílio aos Gabinetes da 4ª Seção (junho a dezembro/2016) - Processos em matéria de servidor público civil e militar e execução fiscal: 995 processos julgados.
- Caixa Econômica Federal: desistência em 504 processos de diversos assuntos.

6.3) Estudos sobre as jurisdições e estruturas de 1º Grau

A conclusão dos estudos deverá ser entregue à Presidência no final do 1º bimestre de 2017. O objetivo do estudo é identificar necessidades de adequação das jurisdições e das estruturas de 1º Grau, a fim de possibilitar melhor desempenho das unidades judiciárias.

6.4) Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça - SCAJ

Dr. Fabiano destacou as ações adotadas em 2016 para o aprimoramento dos processos de trabalho da SCAJ, como os destacados abaixo:

- edição da Resolução Conjunta PRES/CORE nº 3/2016, que dispõe sobre os critérios de designação de magistrados em substituição no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau da 3ª Região, para regulamentação da Resolução 341-CJF;
- abertura de concursos de remoção e promoção de magistrados;
- revisão dos procedimentos relativos às férias dos magistrados, para uniformização e informatização no sistema e-GP, bem como adequação da forma de contagem de acordo com as normas vigentes;
- levantamento das férias indenizáveis dos magistrados (processos que estavam sobrestados);
- revisão dos processos de trabalho.

6.5) Novas Turmas Recursais

Implantação, a partir de 29 de agosto de 2016, das 12ª e 13ª Turmas Recursais na Seção Judiciária de São Paulo, por meio do Provimento CJF3R nº 1, de 23 de agosto de 2016, e da Resolução CJF3R nº 4, de 23 de agosto de 2016.

7) Governança - Seção Judiciária de São Paulo

A Dra. Luciana Ortiz apresentou ao grupo os fundamentos da Rede de Governança Integrada e Participativa, instituída na Seção Judiciária de São Paulo por meio da Portaria nº 23/2016-DF.

Destacou a importância do planejamento no que se refere à proposta orçamentária que será apresentada em março de 2017, bem como da participação ampla de magistrados, servidores e representantes da sociedade na elaboração das estratégias da SJSP.

Colocou à disposição do Tribunal a rede de colaboração que está sendo criada naquela seccional, para a gestão estratégica e outras necessidades.

Na oportunidade, Vitor informou o resultado do iGovJF de 2016, que foi divulgado no mesmo dia da reunião. Assim como em 2015, o TRF3 ficou em primeiro lugar entre todos os órgãos da JF. A SJSP ficou em 7º lugar, e a SJMS, em 27º. Destacou que o TRF3 e a SJSP ficaram no nível de maturidade aprimorado. A SJMS, apesar de estar no nível básico, praticamente triplicou a sua nota em relação ao medido em 2015, o que é um destacável avanço.

8) Encerramento

Encerradas as apresentações, Dra. Cecília cedeu a palavra ao Dr. Jean, que agradeceu o apoio da atual gestão do Tribunal à SJMS, dando destaque a esforço daquela Administração em 2016, cujo resultado fica evidente na evolução da SJMS no iGovJF 2016.

Dra. Cecília agradeceu a participação de todos, dando por encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Fernandez Perrini, Juíza Federal em auxílio à Corregedoria-Regional**, em 31/01/2017, às 18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Lopes Carraro, Juiz Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região**, em 31/01/2017, às 19:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Marcos Ferreira, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul**, em 31/01/2017, às 20:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Neves Ribeiro, Supervisor da Seção de Planejamento Estratégico e Projetos**, em 01/02/2017, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck, Diretora de Núcleo**, em 01/02/2017, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio do Nascimento, Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região**, em 01/02/2017, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Juíza Federal Vice-Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 02/02/2017, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **India Tapajoara Della Pace Alves de Souza, Diretor(a) do Núcleo de Apoio Judiciário, em exercício**, em 06/02/2017, às 18:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Dinalva Conceição Machado Costa, Diretora do Núcleo de Apoio Judiciário da SJSP**, em 07/02/2017, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Osny Magalhaes Pereira, Diretor da Secretaria Administrativa**, em 07/02/2017, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Favini, Supervisora da Seção de Gestão Estratégica**, em 07/02/2017, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **David Panessa Baccelli, Assessor de Gestão de Sistemas de Informação**, em 09/02/2017, às 13:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Moraes Zonaro, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 09/02/2017, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Zau Serpa Spina D Eva, Assessora do Desembargador Federal Coordenador dos JEFs da 3ª Região**, em 10/02/2017, às 14:13, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.
Nº de Série do Certificado: 6777962316157559158

Documento assinado eletronicamente por **Kátia de Cássia Egídio, Técnico Judiciário - Área Administrativa**, em 14/02/2017, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto de Almeida Nunes, Diretor-Geral**, em 20/02/2017, às 10:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Waldiro Pacanaro Filho, Chefe de Gabinete**, em 23/02/2017, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cecília Maria Piedra Marcondes, Desembargadora Federal Presidente**, em 23/02/2017, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2397501** e o código CRC **5C30BD48**.